

EXAME XXIII - 1ª fase – 23/07/2017

PROVA BRANCA

Comentários às questões de Direito Empresarial

Questão 46

Em 11 de setembro de 2016, ocorreu o falecimento de Pedro, sócio de uma sociedade simples. Nessa situação, o contrato prevê a resolução da sociedade em relação a um sócio. Na alteração contratual ficou estabelecida a redução do capital no valor das quotas titularizadas pelo ex-sócio, sendo o documento arquivado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em 22 de outubro de 2016.

Diante da narrativa, os herdeiros de Pedro são responsáveis pelas obrigações sociais anteriores à data do falecimento, até dois anos após

A) a data da resolução da sociedade e pelas posteriores e em igual prazo, a partir de 11 de setembro de 2016.

B) a data do arquivamento da resolução da sociedade (22 de outubro de 2016).

C) a data da resolução da sociedade em relação ao sócio Pedro (11 de setembro de 2016).

D) a data do arquivamento da resolução da sociedade e pelas posteriores e em igual prazo, a partir de 22 de outubro de 2016.

Comentários:

Questão de baixa dificuldade, resolvida pela simples leitura do Código Civil:

Art. 1.032. A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade; nem nos dois primeiros casos, pelas posteriores e em igual prazo, enquanto não se requerer a averbação.

Obs.: se o registro tivesse sido efetuado no prazo de trinta dias, a resposta correta seria a da alternativa C, nos termos do art. 1.151 do Código Civil:

Civil:

§ 1º. Os documentos necessários ao registro deverão ser

apresentados no prazo de trinta dias, contado da lavratura dos atos respectivos.

§ 2º. Requerido além do prazo previsto neste artigo, o registro somente produzirá efeito a partir da data de sua concessão.

Questão 47

Brito contratou os serviços da corretora Geru para mediar a venda de um imóvel em Estância. O cliente ajustou com a corretora verbalmente que lhe daria exclusividade, fato presenciado por cinco testemunhas.

A corretora, durante o tempo de vigência do contrato (seis meses), anunciou o imóvel em veículos de comunicação de Estância, mas não conseguiu concretizar a venda, realizada diretamente por Brito com o comprador, sem a mediação da corretora.

Considerando as informações e as regras do Código Civil quanto ao pagamento de comissão, assinale a afirmativa correta.

A) A corretora não faz jus ao pagamento da comissão, porque o contrato de corretagem foi celebrado por prazo determinado.

B) A corretora faz jus ao pagamento da comissão, porque a corretagem foi ajustada com exclusividade, ainda que verbalmente.

C) A corretora não faz jus ao pagamento da comissão, porque o negócio foi iniciado e concluído diretamente entre as partes, sem a sua mediação.

D) A corretora faz jus ao pagamento da comissão, porque envidou todos os esforços para o êxito da mediação, que não se concluiu por causa alheia à sua vontade.

Comentários:

Questão de baixa dificuldade e que pode ser resolvida pelo disposto no Código Civil.

Art. 726. **Iniciado e concluído o negócio diretamente entre as partes, nenhuma remuneração será devida ao corretor; mas se, por escrito, for ajustada a corretagem com exclusividade**, terá o corretor direito à remuneração integral, ainda que realizado o negócio sem a sua mediação, salvo se comprovada sua inércia ou ociosidade.

Questão 48

Marcel, durante a realização de seu estágio em um escritório de advocacia, devidamente autorizado por seu chefe, atendeu a uma consulta formulada por um cliente. O cliente desejava esclarecimentos sobre o direito de voto e seu exercício nas companhias.

Marcel respondeu, corretamente, que

- A) na eleição dos membros do Conselho Fiscal, o voto poderá ser múltiplo.
- B) em caso de penhor da ação, somente o credor pignoratício exercerá o direito de voto.
- C) independente da espécie ou da classe de ação, o voto é um direito essencial de todo e qualquer acionista.
- D) a qualquer espécie ou classe de ação, é vedado atribuir voto plural.**

Comentários:

Questão de dificuldade alta e pode ser resolvida pelo disposto na Lei de Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976).

A alternativa A está incorreta porque o voto múltiplo só é possível para eleição dos membros do conselho de administração:

Art. 141. Na eleição dos conselheiros, é facultado aos acionistas que representem, no mínimo, 0,1 (um décimo) do capital social com direito a voto, esteja ou não previsto no estatuto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo, atribuindo-se a cada ação tantos votos quantos sejam os membros do conselho, e reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários.

A alternativa B está incorreta porque somente o acionista pode exercer o direito de voto:

Art. 113. O penhor da ação não impede o acionista de exercer o direito de voto; será lícito, todavia, estabelecer, no contrato, que o acionista não poderá, sem consentimento do credor pignoratício, votar em certas deliberações.

Parágrafo único. O credor garantido por alienação fiduciária da ação não poderá exercer o direito de voto; o devedor somente poderá exercê-lo nos termos do contrato.

A alternativa C está incorreta porque as ações preferenciais podem não conferir ao acionista o direito de voto:

Art. 111. O estatuto poderá deixar de conferir às ações preferenciais algum ou alguns dos direitos reconhecidos às ações ordinárias, inclusive o de voto, ou conferi-lo com restrições, observado o disposto no artigo 109.

A alternativa D está correta e de acordo com o art. 110:

§ 2º É vedado atribuir voto plural a qualquer classe de ações.

Questão 49

Pedrinho emitiu quatro cheques em 26 de março de 2017, mas esqueceu de depositar um deles. Tendo um débito a honrar com Kennedy e sendo beneficiário desse quarto cheque, Pedrinho o endossou em preto, datando no verso “dia 20 de maio de 2017”. Sabe-se que o lugar de emissão do quarto cheque é o mesmo do de pagamento.

Sobre esse endosso, assinale a afirmativa correta.

- A) O endosso produz seus efeitos legais porque a transmissão do cheque se deu dentro do prazo de apresentação.
- B) No endosso em preto, o endossatário fica dispensado da apresentação em tempo hábil do cheque ao sacado.
- C) O endosso do cheque tem efeito de cessão de crédito por ter sido realizado após o decurso do prazo de apresentação.**
- D) Pedrinho ficou exonerado de responsabilidade pelo pagamento do cheque em razão do caráter póstumo do endosso.

Comentários:

Questão de média dificuldade e pode ser resolvida pela Lei do Cheque (Lei nº 7.357/1985). Pelo enunciado, o cheque, por ser emitido na praça de pagamento, deveria ter sido apresentado no prazo de 30 dias, a contar da data de emissão, ou seja, até dia 25 de abril. O endosso realizado após essa data é conhecido pela doutrina como endosso póstumo ou tardio e tem os efeitos de cessão civil de créditos:

Art. 27. **O endosso posterior** ao protesto, ou declaração equivalente, ou **à expiração do prazo de apresentação produz apenas os efeitos de cessão**. Salvo prova em contrário, o endosso sem data presume-se anterior ao protesto,

ou declaração equivalente, ou à expiração do prazo de apresentação.

Obs.: a alternativa D está incorreta porque Pedrinho, enquanto endossante, não pode ser acionado, nos termos do art. 47, II da Lei do Cheque. Poderá, contudo, ser executado como emitente, de acordo com o inciso I do mesmo dispositivo legal:

Art. 47 Pode o portador promover a execução do cheque:

I - contra o emitente e seu avalista;

II - contra os endossantes e seus avalistas, se o cheque apresentado em tempo hábil e a recusa de pagamento é comprovada pelo protesto ou por declaração do sacado, escrita e datada sobre o cheque, com indicação do dia de apresentação, ou, ainda, por declaração escrita e datada por câmara de compensação.

Questão 50

Você participou da elaboração, apresentação e negociação do plano de recuperação extrajudicial de devedor sociedade empresária. Tendo sido o plano assinado por todos os credores por ele atingidos, seu cliente o contratou para requerer a homologação judicial.

Assinale a opção que indica o juízo em que deverá ser apresentado o pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial.

A) O juízo da sede do devedor.

B) O juízo do principal estabelecimento do devedor.

C) O juízo da sede ou de qualquer filial do devedor.

D) O juízo do principal estabelecimento ou da sede do devedor.

Comentários:

Questão de baixa dificuldade e pode ser resolvida pela Lei de Falências e Recuperação de Empresas (Lei nº 11.101/2005):

Art. 3º. É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o **juízo do local do principal estabelecimento do devedor** ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.